



Tipos de relações conjugais, papéis de gênero e diferenciais socioeconômicos no Brasil*

Juliana Mara F. Viana Gandra**

Simone Wajnman***

Luciana Luz****

A mudança nos padrões familiares observada a partir da segunda metade do século XX leva à necessidade de se examinar a estrutura familiar muito além dos contornos típicos de tamanho e composição. As transformações culturais, institucionais e valorativas da sociedade, com seus efeitos na formação e dissolução das famílias, mostram que a formação e o arranjo doméstico dos casais se afastam, cada vez mais, do tradicional modelo de especialização de gênero (*male breadwinner/female homemaker*). Tratando destas mudanças para o Brasil, este trabalho discute as inter-relações entre simetria de papéis de gênero, os tipos conjugais e a organização doméstica entre os cônjuges/companheiros. Utilizando dados da PNAD 2014, os casais brasileiros foram classificados em uma escala de tradicionalismo de papéis de gênero, em uma aplicação metodológica de análise de perfis latentes. As evidências encontradas mostram que a maioria dos casais do país ainda se organiza em uma divisão tradicional de responsabilidades (42,4%). Quase 39% dos casais reúnem características da chamada “revolução de gênero estagnada”: as mulheres dividem a responsabilidade de provimento de renda com seus parceiros, mas eles não dividem com elas as responsabilidades domésticas. Somente uma pequena parcela de casais, com elevada escolaridade e alta renda, parece usufruir de uma divisão em que ambos compartilham igualmente as responsabilidades domésticas (12,6%). Uma análise da associação entre os tipos conjugais, a formação familiar e comportamentos igualitários de gênero é realizada por meio de uma regressão logística multinomial, em que a variável dependente é a classe que representa a posição do casal na escala de tradicionalismo de papéis de gênero. Os resultados sugerem que parcerias mais igualitárias podem ser uma realidade mais alcançável por mulheres formalmente casadas e com educação de nível superior.

Palavras-chave: Papéis de gênero. *Status* socioeconômico. União conjugal.

* Este artigo baseia-se no estudo de Gandra (2023) e na apresentação de Gandra, Wajnman e Luz (2024).

** Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte-MG, Brasil (juliana.mfv@gmail.com); <https://orcid.org/0009-0004-1017-4503>).

*** Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte-MG, Brasil (simonewajnman@gmail.com); <https://orcid.org/0000-0003-1140-1734>).

**** Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte-MG, Brasil (lucianasoareshuz@gmail.com); <https://orcid.org/0000-0002-0623-1438>).

Introdução

Com a institucionalização de mudanças, sejam ideacionais, culturais ou legais, a decisão sobre o tipo de união e a conformação doméstica da vida familiar dos casais ficaram definitivamente mais complexas e não mais totalmente alinhadas ao padrão uniforme de meados do século XX. Um casal hoje pode decidir corresidir antes da formalização da união, ou nunca se casar, ter somente um filho ou deliberadamente não ter nenhum. Além disso, se afastando do modelo tradicional de papéis de gênero, também pode adotar distintas estratégias de alocação do tempo para a provisão de rendimentos e de cuidados necessários a seus membros da família, sendo um casal de dupla renda ou um casal que a mulher assume a provisão dos rendimentos. Qualquer que seja a escolha, os padrões familiares observados atualmente se diferenciam da homogeneização e convergência da família conjugal *breadwinner-homemaker* previstas por Goode (1963) em meados do século XX.

A alta escolarização das mulheres, a perspectiva de geração de renda e, mais do que isso, a idealização e busca de uma carreira profissional levaram o modelo de casamento baseado na especialização de gênero a se tornar cada vez menos persuasivo. O significado do casamento mudou e isso se revelou não só no aumento de casais de dupla renda (abrangendo, em muitos casos, mulheres com filhos e ativas no mercado de trabalho), mas também na ampliação de possibilidades de escolha das mulheres sobre se, quando e de que forma se unirão a parceiros para início de uma vida familiar.

Neste trabalho assumem-se os casais brasileiros como unidade de investigação para explorar os distintos modelos conjugais no que diz respeito ao tipo de união e ao arranjo de divisão de trabalho e renda entre os cônjuges/parceiros, sob a luz da (re)evolução dos papéis de gênero e dos diferenciais socioeconômicos.

Tradicionalmente, a América Latina se caracteriza por um padrão histórico de nupcialidade: a coexistência de casamentos formais e uniões consensuais. As rotas histórica, socioeconômica e cultural que definiram o significado social do casamento e da união consensual diferem fortemente daquelas observadas nos países desenvolvidos (Arriagada, 2002). Historicamente, a união consensual está associada a arranjos de uma população em camadas sociais mais baixas. No entanto, as perspectivas trazidas pela segunda transição demográfica (STD) nos orientam sobre uma parcela de mulheres mais escolarizadas e de classes sociais mais altas que ressignificaram o tipo de união em que desejam estar, sendo esta uma das consequências das mudanças ideacionais observadas.

O *boom* da coabitação, assim chamado por Esteve *et al.* (2012) com referência ao aumento expressivo das uniões consensuais, ocorreu na América Latina e no Brasil desde a década de 1960, e em alguns casos se acelerando a partir dos anos 1990. No Brasil, a proporção de uniões conjugais informais cresceu de 6,4% em 1960 para 36,4% em 2010 (Esteve *et al.*, 2016b; IBGE, 2010). O padrão dual de nupcialidade se reforçou com o crescimento sustentado das uniões consensuais e deu origem a uma dualidade dentro deste tipo de união: a tradicional e a moderna.

O tipo tradicional reproduz o padrão histórico discutido até agora, sendo um substituto do casamento formal em estratos sociais com baixa educação e pouca perspectiva econômica. O tipo moderno surge nos estratos sociais mais abastados, entre mulheres com maior escolarização, resultante das mudanças ideacionais, documentadas na literatura como uma das características da segunda transição demográfica (Castro-Martin, 2002; Covre-Sussai *et al.*, 2014; Vieira, 2016).

A composição do crescimento da união consensual, no Brasil, mostra o comportamento do gradiente educacional negativo sobre a união consensual nos dados censitários de 1970 a 2010 (Esteve *et al.*, 2016b). Inicialmente, é possível observar que o crescimento é maior entre mulheres com ensino fundamental. No entanto, a partir do Censo de 1991, os dados mostram a rápida expansão da união consensual entre as mulheres mais escolarizadas, com ensino médio e educação superior. O gradiente educacional permanece negativo em todos os níveis, mas os níveis de coabitação sobem de forma muito sistemática entre todos os estratos sociais.

Este cenário no Brasil apresenta uma semelhança com a relação observada entre uniões conjugais e escolaridade das mulheres nos Estados Unidos, conforme descrito por Cherlin (2018, 2020). Embora as uniões consensuais tenham aumentado em todos os grupos educacionais, observa-se que mulheres com ensino superior ainda preferem o casamento formal para sua união conjugal. Cunha e Verona (2022) identificaram esse padrão ao analisar dados dos Censos de 1980 e 2010, mostrando que mulheres com maior nível de escolaridade tendem a optar pelo casamento formal em vez de uniões consensuais. Nessa mesma direção, mas considerando diferentes coortes de mulheres no Brasil e em outros seis países da América Latina, Cruz (2023) demonstra que mulheres com alta escolaridade têm significativamente menor propensão a optar pela coabitação do que aquelas com baixa escolaridade – uma diferença que se ampliou ao longo do tempo.¹

Em outro aspecto dessa discussão, quando se busca entender o relacionamento entre o tipo de união e as relações de gênero, o casamento tem sido interpretado como uma referência ao modelo tradicional de gênero e da divisão do trabalho na família. Seguindo o padrão histórico, as uniões consensuais tradicionais, entendidas como substitutas ao casamento para grupos de baixo *status* socioeconômico, também estariam baseadas nas relações tradicionais de gênero, em que a mulher é geralmente dependente do homem (Laplante *et al.*, 2019). Já os tipos modernos de uniões consensuais têm sido interpretados pelos pesquisadores como uma mudança no domínio ideacional, significando novos valores e crenças, bem como aumentando a simetria de gênero (Covre-Sussai *et al.*, 2013; Lesthaeghe, 2010; Laplante *et al.*, 2019; Esteve *et al.*, 2012).

O pano de fundo para as discussões de papéis de gênero na dinâmica familiar é, sem sombra de dúvida, a mudança no *status* da mulher dentro da sociedade e da família. O

¹ Cunha e Verona (2022) também identificaram uma diferença crescente entre os grupos de escolaridade ao longo do tempo, demonstrando que a probabilidade de mulheres mais escolarizadas optarem pela união consensual aumentou menos do que entre aquelas com menor escolarização.

aumento da educação e a participação das mulheres na força de trabalho, bem como a separação entre a vida sexual e reprodutiva (como resultado da contracepção), deram às mulheres a possibilidade de assumir diferentes papéis, indo além daqueles preconizados em sociedades patriarcais (e também descritos em teorias da família) como filha, esposa e mãe. No âmbito da formação de uma união, isso permitiria à mulher liberdade e autonomia na escolha do seu parceiro. Quanto ao tipo da união, este poderia ir além do modelo de casamento tradicional, valorizando uniões em que a mulher dividiria de forma equitativa as responsabilidades familiares junto ao seu parceiro, bem como participando igualmente nas decisões domésticas mais importantes. A independência também facilitaria deixar a união quando o relacionamento não mais trouxer felicidade e satisfação pessoal.

Por ter sido observada a partir da metade do século XX, junto a estas transformações que ressignificaram o papel da mulher na família e na sociedade, a união consensual do tipo moderna tornou-se símbolo desse novo modelo de parceria, podendo significar uma relação de gênero mais igualitária (Laplante *et al.*, 2019; Covre-Sussai *et al.*, 2013). No entanto, o entendimento de que esse grupo de mulheres possa estar desfrutando de uma relação de gênero mais igualitária devido à sua posição econômica pode ser muito raso.

Nesse sentido, dois importantes aspectos precisam ser considerados. Primeiro, deve-se lembrar que a igualdade de gênero nas relações envolve também aspectos da esfera privada ou doméstica, muito além da visível melhoria do *status* da mulher na esfera pública. Resgatam-se aqui os preceitos da revolução de gênero (Goldscheider *et al.*, 2015) ou revolução incompleta (Esping-Andersen, 2009; McDonald, 2000, 2013), que permitem entender o que ainda não evoluiu: a divisão das tarefas domésticas e a tomada de decisões familiares ainda são amplamente influenciadas pelas normas e expectativas tradicionais de gênero, principalmente entre os estratos sociais mais baixos (Covre-Sussai *et al.*, 2013).

Dessa forma, apesar de poder gozar da sua independência financeira para tomada de decisões no nível individual, a vida conjugal e familiar ainda pode estar orientada por um modelo de especialização de gênero quando nos referimos às responsabilidades domésticas e de cuidados dos filhos. Isso é válido mesmo para casais de alta escolaridade e/ou aqueles que dividem igualmente o sustento e a responsabilidade de manutenção do lar, independentemente do tipo de união.

O segundo ponto leva em consideração o entendimento de que a relação de gênero igualitária possa ser uma realidade mais frequente entre casais de alta escolaridade. Como mostra a literatura, a revolução de gênero é muito mais visível em países desenvolvidos e entre casais de alta escolaridade e renda mais alta (Goldscheider *et al.*, 2015; Esping-Andersen, 2009; McDonald, 2000, 2013). O que precisa ser considerado é que, no Brasil, assim como nos EUA (Cherlin, 2018), há um gradiente educacional positivo na relação entre nível educacional e casamento. Se mulheres mais escolarizadas têm maiores chances de estarem em uma união mais igualitária, mulheres casadas podem ter maiores chances de estarem em uma união mais igualitária (já que, no Brasil, tal como acontece nos EUA, as mulheres de alta escolaridade mantêm uma maior preferência pelo casamento). A simetria

de papéis de gênero entre o casal não estaria, portanto, limitada àquelas mulheres em uma união consensual.

Estes dois pontos são levantados para chamar a atenção para a dificuldade de se obter uma direção única para as relações de tipo de união e simetria de gênero. O que deve ser considerado é que a diferença socioeconômica, muitas vezes representada pelos diferenciais de escolaridade, está relacionada tanto à escolha do tipo de união quanto às chances de ter relações de gênero mais igualitárias.

Entendendo que tanto os papéis de gênero quanto os diferenciais socioeconômicos agem, em conjunto, nas mudanças observadas na dinâmica familiar brasileira, este trabalho relaciona estas duas dimensões, a fim de mapear possíveis encontros (ou desencontros) das escolhas dos casais quanto ao tipo de união, tipo de família e divisão das responsabilidades domésticas. Busca-se explorar a conformação dos casais brasileiros quanto aos papéis de gênero e identificar se diferentes tipos de relações de gênero se diferenciam em termos da idade, educação e tipo de união. Para tanto, o texto se divide em três seções, além desta introdução e das considerações finais. A próxima seção explica a estratégia metodológica e os dados utilizados para alcançar os objetivos propostos. Os resultados encontrados são apresentados a seguir. Por fim, faz-se uma discussão dos principais achados, situando o Brasil no contexto da revolução de gênero.

Dados e métodos

Para esta investigação a base de dados utilizada é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. A escolha da PNAD é uma estratégia para que a questão de gênero seja mais amplamente abordada, já que neste *survey* encontra-se uma variável de tempo gasto na realização de afazeres domésticos. Estudos sobre as relações de papéis de gênero abordam as expectativas socialmente construídas para o comportamento e a organização de direitos e responsabilidades entre homens e mulheres e são comumente relacionados à divisão dos trabalhos remunerado e doméstico não remunerado, ainda que não se limitem somente a essa dimensão. Normas culturais, nível educacional e direitos sociais, políticos e econômicos também são importantes aspectos a serem considerados na comparação de resultados obtidos por mulheres e homens e na definição de um padrão mais ou menos igualitário de papéis de gênero. Infelizmente não existem disponíveis para o Brasil, até o momento, bases de dados que contemplem todas essas dimensões, o que limita a análise à escolha de uma variável *proxy* para investigações sobre a igualdade de gênero. É preciso ter em mente, portanto, que o alcance desta *proxy* é insuficiente para captar toda a complexidade das relações de gênero intradomésticas.

Outro ponto importante é a escolha do ano da PNAD. Neste trabalho utiliza-se a PNAD 2014, que ainda contava com classificações para o tipo de união dos casais – se casamento no civil e/ou religioso ou união estável. Todos esses elementos são importantes para a estratégia metodológica definida para este exercício.

Definidas as estruturas familiares de interesse – uniões formais (casamento civil e/ou religioso, muitas vezes referenciado neste trabalho somente como casamento) e as uniões informais (consensual/estável) –, pretende-se estudar como se dá a relação dos diferentes tipos conjugais e a distribuição do trabalho remunerado e não remunerado entre os cônjuges. O interesse é avaliar se há uma associação do tipo de união a um padrão mais essencialista ou mais igualitário de papéis de gênero. Procura-se analisar, além do tipo de união, as características dos cônjuges que são importantes para determinar padrões de divisão das obrigações familiares. A amostra utilizada reúne mulheres unidas de 25 a 49 anos. Optou-se por iniciar aos 25 anos para que a idade reflita o tempo necessário para se alcançar uma escolarização completa. Também foi pensado não estender a faixa de idade para mulheres mais velhas por considerar que o período no ciclo de vida seria determinante no tipo e tempo despendido em tarefas domésticas, uma das variáveis do modelo.

A estratégia metodológica aplicada consistiu em duas partes. Primeiro, foram selecionados indicadores para construir uma tipologia da divisão do trabalho (classes) que expresse a posição do casal em uma escala de papéis de gênero. Para tanto, aplicou-se uma análise de classe latente, seguida por uma descrição detalhada das tipologias encontradas. Na segunda parte, utilizou-se um modelo de regressão logística multinomial para analisar a relação entre os tipos de divisão do trabalho e alguns preditores transversais-chave, que forneçam uma compreensão geral dos fatores socioeconômicos e demográficos que estão associados aos papéis de gênero em uma união.

A análise de classe latente

A definição de perfis mais tradicionais ou mais igualitários partiu de uma abordagem mais abrangente, que considera a alocação de tempo dos cônjuges entre as duas esferas: pública e privada. Indicadores que incluem a combinação da divisão do trabalho nestas duas esferas (trabalho no mercado na esfera pública e trabalho doméstico na esfera privada) são mais consistentes para avaliar a condição de igualdade no compartilhamento das responsabilidades domésticas e de trabalho/renda na família, bem como seu efeito sobre os resultados demográficos. Espera-se que uma divisão mais tradicional de trabalho reflita papéis mais tradicionais de gênero entre os cônjuges nas duas esferas, sendo o contrário válido para divisões mais igualitárias. Entre eles podem existir tipos intermediários que se comportam de maneira diferente em cada uma das esferas.

A classificação dos casais sob os diferentes níveis de tradicionalismo de gênero está baseada em três indicadores: a participação no mercado de trabalho; a parcela da renda familiar relativa aos cônjuges; e a parcela de horas do trabalho doméstico desempenhada por eles. A partir destes indicadores, foi aplicada a análise de classe latente (Latent Class Analysis – LCA), que é um método usado para agrupar observações em diferentes classes não observadas, com base em seus padrões de resposta para um conjunto de indicadores definidos (Bakk; Tekle; Vermunt, 2013). Neste trabalho, a LCA foi utilizada para classificar cada observação de casal em um tipo de divisão de trabalho (mais ou menos igualitário),

definindo uma escala (ou tipologia) de tradicionalismo de gênero. A aplicação metodológica seguiu, de maneira muito próxima, o detalhamento apresentado por Vermunt (2010), e pode ser assim resumida:

1. um modelo LC é construído para um conjunto de variáveis ou itens de resposta;
2. os sujeitos são atribuídos a classes latentes com base em suas probabilidades de associação de classe, que podem ser obtidas de suas respostas observadas e dos parâmetros estimados do modelo de LC na primeira etapa;
3. um modelo de regressão logística multinomial é estimado usando a atribuição de classe da etapa 2 como a variável dependente (abordado na seção seguinte).

Embora a análise de classe latente seja usada principalmente para o estudo de dados categóricos, ela também pode ser empregada para agrupamento a partir de variáveis contínuas. Dessa forma, esse método passa a ser chamado de análise de perfil latente (LPA) e é adotado no presente trabalho. Para a definição do modelo (etapa 1) foram utilizadas cinco variáveis: horas de trabalho remunerado da mulher; horas de trabalho remunerado do cônjuge/companheiro; parcela da mulher no total de horas gastas no trabalho doméstico pelo casal; parcela da renda da mulher sobre o total de rendimentos do casal; e decil de renda domiciliar *per capita*.

A aplicação LPA permitiu o ajuste de um modelo² capaz de identificar classes não observáveis (W) levando em conta o valor das quatro variáveis observáveis (Y_k , sendo $k=1,2,3,4$) para cada casal (i) da amostra. A definição da quantidade de classes foi feita pelo critério de informação bayesiano (BIC) que apresentou o valor mínimo para a estimação de quatro classes latentes (BIC= 666933.6). A classificação do casal na classe latente w (etapa 2) foi realizada a partir da probabilidade condicional de pertencer à classe w , dados os valores de cada variável Y_k observada $P(W=w / Y_i)$. A classe w para a observação i é aquela para a qual $P(W=w / Y_i)$ é maior.

Modelo multinomial

Na maioria das aplicações de LCA/LPA, assim como neste trabalho, não se deseja apenas construir um modelo de medição ou classificação com base em um conjunto de respostas, mas também relacionar a participação na classe às variáveis explicativas (covariáveis).

Segue-se, portanto, a aplicação de uma regressão logística multinomial (etapa 3), para verificar se as chances de ter uma relação mais igualitária – avaliada nas classes definidas anteriormente – é sensível ao tipo de união e família. Outras relações também são testadas como, por exemplo, se mulheres com maior nível de escolaridade têm mais chances de terem uniões mais igualitárias. Outras variáveis de controle foram devidamente adicionadas ao modelo, levando em conta fatores que podem ter correlação com o resultado de interesse: idade, cor/raça da mulher, escolaridade do homem, ter filhos e diferença de idade entre os cônjuges/companheiros.

² Por meio do comando *gsem* no Stata.

Acredita-se que a posição da mulher, cônjuge ou companheira, em determinada categoria, passa também por um modelo de decisão coletiva, isto é, sua decisão de alocação do tempo no trabalho remunerado e não remunerado responde a um conjunto de decisões tomadas no nível familiar (e não somente individual). Para captar tal efeito, incorporam-se aos modelos variáveis que possam estimar o poder de barganha dessas mulheres no comportamento familiar – que na abordagem da economia da família são chamadas de fatores distributivos.³ Tomando como base os fatores distributivos mais utilizados na literatura⁴ e possíveis de serem obtidos na base de dados utilizada, pode-se incorporar ao modelo variáveis que espelham a posição relativa da mulher (em relação ao cônjuge, companheiro) nos rendimentos, idade (diferença de idade entre o homem e a mulher) e escolaridade (hipergamia, homogamia ou hipogamia educacional). A informação da posição da mulher quanto ao rendimento familiar foi utilizada na aplicação do modelo de classe latente, no passo anterior, com a variável parcela da renda da mulher sobre o total de rendimentos do casal. Na aplicação da regressão logística multinomial, utilizaram-se uma variável que capte a diferença de idade entre os cônjuges/companheiros e variáveis que indicam o nível de escolaridade do homem e da mulher.

Resultados

Em uma amostra representativa de 24.010.764 casais, aplicou-se a metodologia de análise de perfis latentes, descrita na seção anterior. A partir dos quatro indicadores selecionados para caracterizar a divisão do trabalho remunerado e doméstico dos casais, além da posição socioeconômica, obteve-se uma escala com quatro classes, expressando o nível de tradicionalismo nos papéis de gênero entre os casais. É importante ressaltar que o resultado do modelo, bem como o nome definido para cada uma das classes, corresponde somente a uma concepção do que é igualitarismo de gênero, assim obtida pela característica da base de dados e da opção de variáveis disponíveis. Há a consciência de que esta classificação poderia ser totalmente diferente para outra população com outras características. A Tabela 1 retrata as médias das variáveis observadas (indicadores) quando associadas a uma das quatro classes. Este foi o alicerce para a definição e análise das classes encontradas, apresentadas em seguida.

³ Para detalhamento do arcabouço teórico e modelo, ver Browning, Chiappori e Weiss (2014).

⁴ Como exemplo, ver Covre-Sussai *et al.* (2014).

TABELA 1
Valores médios das variáveis para as quatro classes latentes

Variáveis	Homem provedor	Mulher provedora	Casal de dupla renda	Casal de dupla renda igualitário
Horas de trabalho remunerado da mulher	2,8	21,6	40,4	41,8
Horas de trabalho remunerado do cônjuge/companheiro	41,5	13,2	44,5	41,7
Parcela da mulher no total de horas gastas em trabalho doméstico pelo casal	0,9	0,8	0,9	0,5
Parcela de rendimento da mulher sobre o total de rendimento do casal	0,1	0,9	0,4	0,5
Decil de renda domiciliar <i>per capita</i>	4,3	2,5	6,6	7,4
Participação na classe (%)	42,4	6,09	38,91	12,58
Nível de tradicionalismo de gênero	Alto	Alto	Moderado	Baixo

Fonte: IBGE, PNAD 2014. Elaboração das autoras.

Nota: Todas as médias estatisticamente significativas ao nível de 1% de significância.

Os valores médios observados para cada indicador dão sentido à definição das classes, dentro do propósito de estabelecer uma tipologia da divisão do trabalho e renda (classes) que expresse a posição do casal em uma escala de tradicionalismo de papéis de gênero. É esperado que casais mais igualitários compartilhem as responsabilidades domésticas e de trabalho, com uma divisão mais equilibrada no trabalho doméstico e a mulher exercendo horas de trabalho remunerado, bem como participando da composição da renda familiar. Por outro lado, em perfis mais tradicionais, é esperado que a responsabilidade do trabalho e da renda seja do homem e a das tarefas domésticas recaia sobre as mulheres.

A classe 1 configura-se com a forte participação dos homens – cônjuges e companheiros – no mercado de trabalho e a predominância do trabalho doméstico sob responsabilidade das mulheres. Nessa classe, as mulheres são responsáveis, em média, por 90% das horas totais gastas pelo casal em afazeres domésticos. Por outro lado, a média de horas dessas mulheres no mercado de trabalho é muito baixa, cerca de 2,8 horas semanais, resultando, conseqüentemente, em uma participação muito baixa sobre o rendimento do casal (10% em média). A classe 1 representa os casais do tipo *homem provedor*, tradicionais nos papéis de gênero.

A participação de casais nessa classe é a maior dentre as quatro: 42,4%. Pode-se ver, com clareza, que entre os arranjos domésticos escolhidos pelos casais brasileiros, há uma grande parcela regida pelos moldes tradicionais, com uma clara divisão baseada nos papéis tradicionais de gênero. Portanto, ainda nos anos atuais, é forte a preferência pelo modelo *male breadwinner-female homemaker*.

No outro extremo, a classe 4, *casal de dupla renda igualitário*, recebe este nome por mostrar, pelas médias, que é um arranjo com clara divisão das responsabilidades domésticas. A divisão entre homem e mulher no trabalho remunerado e não remunerado mostra-se bastante igualitária, refletindo a semelhança na contribuição sobre a renda. Assim, nota-se que, entre os casais, 12,5% compartilham um arranjo mais moderno, baseado

na divisão das responsabilidades. Por isso, na escala de tradicionalismo de gênero, esse grupo assume o grau mais baixo.

Entre as classes 1 e 4, posicionam-se duas classes com perfis bastante distintos. A classe 3 mostra uma configuração muito característica de uma revolução de gênero incompleta ou estagnada. As mulheres têm, em média, horas de trabalho remunerado muito próximas às de seus parceiros e participam com uma parcela significativa na composição da renda do casal (embora não igualmente). Por isso, chama-se essa classe de *casal de dupla renda*. O que é marcante, no entanto, é que, mesmo inserida no mercado de trabalho, as mulheres desse grupo são responsáveis, em média, por 90% dos afazeres domésticos. São, portanto, mulheres que acumulam dupla jornada e têm, comparadas às outras, o maior desafio no equilíbrio entre trabalho e família. Essa forma de organização é a segunda mais frequente da amostra investigada, presente em 38,91% dos casais, demonstrando que ainda há muito para avançar em termos de conquistas na esfera privada.

Por fim, a classe 2 apresenta as características mais peculiares. Em média, homens e mulheres dedicam poucas horas ao mercado de trabalho, com as mulheres apresentando uma média superior. Ademais, é a parcela da renda da mulher que domina a composição da renda do casal (90%). Por este motivo, essa classe é chamada de *mulher provedora*. Na concepção dos indicadores, para a variável renda, foi considerada a renda de todas as fontes. Sendo assim, é intuitivo pensar que a responsabilidade feminina da renda seja decorrente de recebimentos de benefícios de programas sociais. Infelizmente, na PNAD 2014 não há uma variável que capte isoladamente o recebimento de valores decorrentes de programas sociais. A classe 2 responde por cerca de 6% dos casais na amostra.

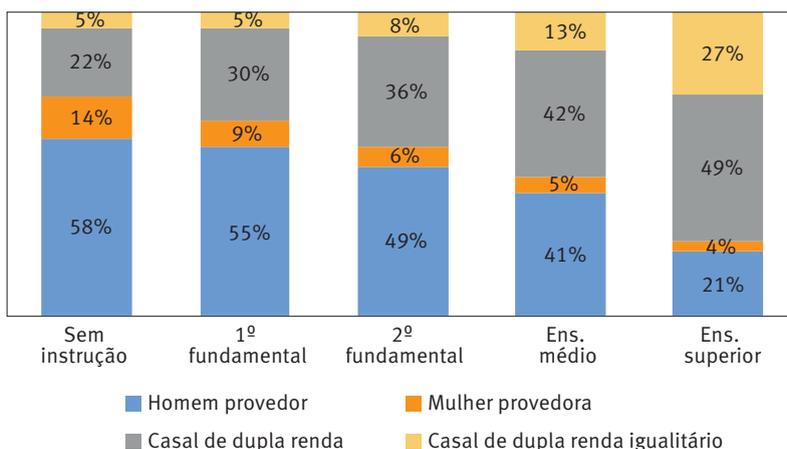
Como disposto na Tabela 1, além do sentido que cada classe carrega a partir das médias encontradas para os indicadores de divisão do trabalho remunerado e doméstico, a escala de tradicionalismo de papéis de gênero também se define na posição média de cada uma das classes nos decis de renda. Com isso, é possível perceber como fatores socioeconômicos estão associados às definições de arranjos domésticos no contexto brasileiro.

Nota-se que os casais mais igualitários, da classe *casal de dupla renda igualitário*, são também aqueles que gozam de melhor posição econômica. Em média, estão posicionados entre o 7º e 8º decis de renda domiciliar *per capita*. Em seguida, encontram-se os casais da classe *casal de dupla renda* que, em média, ficam entre o 6º e 7º decis de renda. Com uma divisão mais equilibrada nas horas trabalhadas e nos rendimentos, os casais de dupla renda se posicionam principalmente nos decis mais altos da distribuição, ainda que, para mulheres da classe *casal de dupla renda*, não haja um alívio na divisão das atribuições domésticas. Os casais mais tradicionais, da classe *homem provedor*, situam-se, em média, próximos ao 4º decil de renda *per capita* domiciliar. Pesa para estes casais a contribuição de somente um membro para a geração da renda familiar. As características encontradas para a classe *mulher provedora*, junto com sua posição média entre o 2º e 3º decis, indicam se tratar de um grupo que enfrenta grande vulnerabilidade socioeconômica.

A condição socioeconômica é destaque entre os achados desta parte do trabalho. Isso porque a hipótese de perfis de gênero mais igualitários estarem relacionados às pessoas de classes sociais mais altas mostra-se fundamental para o melhor entendimento sobre a conformação familiar brasileira. Nos estudos para países com grandes desigualdades sociais, como o Brasil, o nível educacional tem sido frequentemente usado como *proxy* para o *status* socioeconômico, especialmente em relação à formação familiar e aos papéis de gênero.⁵

O Gráfico 1 mostra como estão distribuídas as mulheres dos casais em cada classe, nos diferentes níveis educacionais. Nos níveis mais baixos de educação, mais de 70% das mulheres pertencem aos perfis *homem provedor* e *mulher provedora*. Essa situação se inverte nos níveis médio e superior de ensino, em que a predominância é de mulheres das classes *casal de dupla renda* e *casal de dupla renda igualitário*. Esses resultados correspondem à expectativa de observar casais mais igualitários como um “privilégio” do grupo mais educado.

GRÁFICO 1
Distribuição das mulheres de 25 a 49 anos casadas ou em união estável, por nível de escolaridade, segundo classes de papéis de gênero
Brasil – 2014

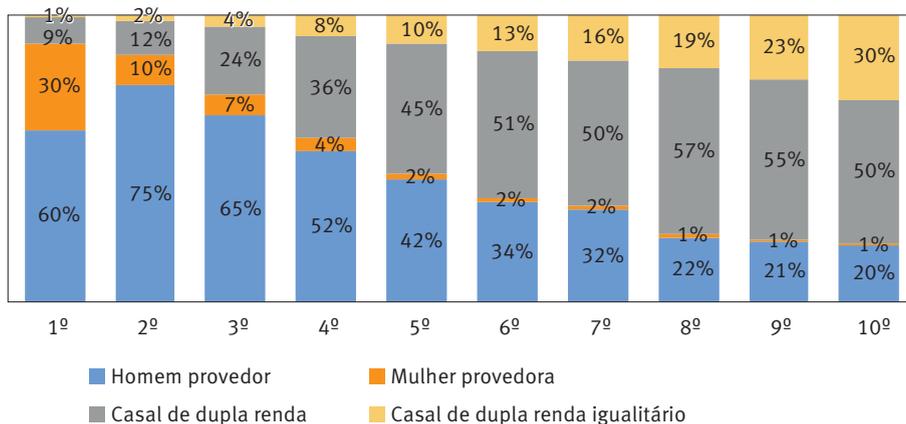


Fonte: IBGE. PNAD 2014. Elaboração das autoras.

O Gráfico 2 apresenta um panorama com a representatividade das classes de gênero em cada decil de renda domiciliar *per capita*. É possível observar, muito claramente, um gradiente econômico positivo entre classes com menor tradicionalismo de gênero e decil de renda. Nota-se o aumento progressivo da parcela de casais nas classes *casal de dupla renda* e *casal de dupla renda igualitário* à medida que se desloca para decis mais altos da distribuição.

⁵ Ver, por exemplo, Cherlin (2018).

GRÁFICO 2
Distribuição dos casais, por decis de renda domiciliar *per capita*, segundo classes de papéis de gênero Brasil – 2014



Fonte: IBGE. PNAD 2014. Elaboração das autoras.

Os Gráficos 1 e 2 dizem muito sobre o que esperar da revolução de gênero no Brasil: limitada às classes mais privilegiadas. Em sua forma completa, com compartilhamento dos papéis tanto de provisão financeira quanto de cuidados, restringe-se a apenas um grupo muito pequeno. Na sua forma estagnada (ou incompleta), apresenta-se a uma grande massa de mulheres que ainda enfrentam claras dificuldades para obter o desfecho completo. Neste caso, elas compartilham as responsabilidades financeiras enquanto ainda carregam sozinhas as responsabilidades domésticas. No entanto, a maior parcela das mulheres menos escolarizadas e de menor nível de renda encontra-se ainda em um estágio pré-revolução de gênero, não reunindo as condições necessárias para estarem no mercado de trabalho.

E o que dizer das mulheres da classe *mulher provedora*? O nome da classe pode dar a elas um protagonismo enganoso que, na verdade, não reflete a realidade: sem privilégios socioeconômicos e papéis tradicionais de gênero. O Gráfico 2 destaca bem esta questão. O primeiro decil reúne uma grande parcela de casais desta classe de gênero (30% dos casais neste decil), diferenciando-se do padrão encontrado nos demais decis, em que as parcelas são bem menores.

Em uma rápida análise dos números, observou-se que 49% dos casais da classe *mulher provedora* estão no 1º decil, compartilhando uma renda domiciliar *per capita* média de R\$ 94,89. A maioria das mulheres nessa classe (51%) não tem instrução ou possui somente o 1º fundamental. São trabalhadoras domésticas sem carteira assinada (17%), trabalham por conta própria (21%) ou na produção para o próprio consumo (37%).⁶ Possuem uma renda média de R\$ 354,41, enquanto a renda média dos seus companheiros é de R\$ 30,77. Descrevem, portanto, um grupo de grande vulnerabilidade socioeconômica,

⁶ Informações sobre a posição de ocupação no trabalho principal (dados para 90% das mulheres nessa classe).

com fragilidades que vão muito além das preocupações de papéis de gênero. É um grupo desenhado em torno das complexidades de um país pobre e desigual.

Estes resultados são uma parte do esforço feito para entender as associações entre o perfil de gênero dos casais, o tipo de união e os marcadores socioeconômicos relacionados. Nesta primeira etapa, estimaram-se as classes latentes, grupos não observados que puderam ser identificados a partir do padrão encontrado nas divisões dos trabalhos remunerado e doméstico e na composição da renda. Agora, na segunda etapa, com o propósito de verificar como o tipo de união conjugal se associa a um perfil mais ou menos tradicionalista de gênero, apresentam-se os resultados obtidos por meio da aplicação de uma regressão logística multinomial. Controlando pelos demais fatores, é esperado encontrar o efeito do tipo de união conjugal e do tipo de arranjo familiar sobre a classe pertencente, estimada no passo anterior. Com isso, é realizada uma análise da associação entre os tipos conjugais, a formação familiar e comportamentos igualitários de gênero, aderente ao contexto brasileiro. A variável dependente nesta análise é a classe que representa a posição do casal na escala de tradicionalismo de papéis de gênero, sendo *homem provedor* (0), *mulher provedora* (1), *casal de dupla renda* (2) e *casal de dupla renda igualitário* (3). Os resultados são interpretados em termos da razão de chances, obtida por $exp(\beta)$. A Tabela 2 apresenta os resultados desta aplicação, que considera o arranjo *homem provedor* como base para as comparações.

Entre as classes mais opostas de arranjos, sendo elas a mais e a menos igualitária, os resultados têm corroborado os achados anteriores. Observa-se que a chance de estar na classe *casal de dupla renda igualitário* em vez de *homem provedor* aumenta consideravelmente à medida que cresce o nível de escolaridade das mulheres. Mulheres com ensino superior, quando comparadas àquelas sem instrução ou com nível de escolaridade baixo, chegam a ter uma chance 7,8 vezes maior de estarem em uma união mais igualitária em vez de em uma união mais tradicional. O nível de escolaridade dos homens gera efeitos no mesmo sentido. No entanto, o efeito na chance é menor.

TABELA 2
Resultados do modelo de predição das chances de estar em diferentes classes de tradicionalismo de papéis de gênero em vez do arranjo *homem provedor*
Brasil – 2014

Base: homem provedor	Mulher provedora			Casal de dupla renda			Casal de dupla renda igualitário		
	β	t	Razão de chances	β	t	Razão de chances	β	t	Razão de chances
Educação da mulher (ref.: sem instrução ou ens. fund. 1)									
Fundamental 2	-0,177 (0,085)	-2,09	0,838	0,348 (0,052)	6,73	1,417	0,418 (0,094)	4,47	1,519
Ensino médio	0,012 (0,079)	0,16	1,012	0,715 (0,047)	15,11	2,045	0,921 (0,085)	10,8	2,511
Ensino superior	0,594 (0,148)	4,01	1,812	1,407 (0,080)	17,51	4,085	2,048 (0,108)	19,03	7,750

(continua)

(continuação)

Base: homem provedor	Mulher provedora			Casal de dupla renda			Casal de dupla renda igualitário		
	β	t	Razão de chances	β	t	Razão de chances	β	t	Razão de chances
Educação do homem (ref.: sem instrução ou ens. fund. 1)									
Fundamental 2	-0,421 (0,066)	-6,35	0,657	0,247 (0,035)	7,02	1,279	0,438 (0,059)	7,41	1,549
Ensino médio	-0,593 (0,067)	-8,84	0,552	0,240 (0,033)	7,21	1,271	0,581 (0,055)	10,48	1,788
Ensino superior	-1,125 (0,122)	-9,19	0,325	-0,009 (0,049)	-0,18	0,991	0,465 (0,069)	6,71	1,591
Tipo de união (ref.: união informal)									
Tem união formal	-0,156 (0,077)	-1,98	0,859	0,005 (0,052)	0,09	1,004	-0,204 (0,102)	-2,01	0,816
Educação da mulher x tipo de união									
Fundamental 2*tem união formal	0,020 (0,129)	0,15	1,020	-0,075 (0,072)	-1,05	0,928	0,033 (0,139)	0,24	1,033
Ensino médio*tem união formal	-0,084 (0,112)	-0,75	0,920	-0,119 (0,065)	-1,83	0,888	0,020 (0,117)	0,17	1,020
Ensino superior*tem união formal	0,104 (0,174)	0,59	1,109	0,114 (0,093)	1,23	1,121	0,290 (0,135)	2,15	1,337
Tipo de arranjo familiar (ref.: casal s/ filhos)									
Casal c/ filhos	0,032 (0,151)	0,21	1,032	-0,133 (0,085)	-1,56	0,876	-0,403 (0,118)	-3,4	0,668
Estendidos	0,038 (0,138)	0,27	1,038	-0,166 (0,074)	-2,24	0,847	-0,464 (0,101)	-4,59	0,629
Compostos	0,260 (0,210)	1,24	1,297	-0,102 (0,124)	-0,82	0,903	-0,181 (0,171)	-1,06	0,835
Idade da mulher									
	-0,003 (0,004)	-0,76	0,997	0,006 (0,002)	2,89	1,006	0,002 (0,003)	0,48	1,001
Diferença de idade entre homem e mulher									
	-0,026 (0,003)	-7,63	0,974	-0,015 (0,002)	-8,78	0,985	-0,018 (0,003)	-6,28	0,983
Filho (ref.: não tem filhos)									
Tem filhos de 0 a 3 anos	-0,227 (0,145)	-1,57	0,797	-0,581 (0,082)	-7,08	0,559	-0,683 (0,116)	-5,84	0,505
Tem filhos com mais de 3 anos	-0,132 (0,135)	-0,98	0,877	-0,022 (0,078)	-0,28	0,979	-0,289 (0,111)	-2,6	0,749
Raça/cor (ref.: não branca)									
Branca	-0,367 (0,053)	-6,87	0,693	0,142 (0,026)	5,53	1,153	0,267 (0,038)	6,99	1,306
Constante									
	-1,101 (0,169)	-6,51	0,333	-0,743 (0,092)	-8,07	0,476	-1,895 (0,145)	-13,11	0,150

Teste de significância global do modelo: $F(54, 5372) = 78,35$. Prob > F = 0,0000

Fonte: IBGE. PNAD 2014. Elaboração das autoras.

A chance de viver em um arranjo *casal de dupla renda igualitário* em vez de *homem provedor* é menor para casais em uma união formal, ou seja, pelo casamento, quando comparados a casais em uma união consensual. Porém, quando o efeito da interação entre o tipo de união e o nível de escolaridade é considerado, obtém-se um resultado interessante. Mulheres com ensino superior e que se unem por casamento têm mais chances de estarem em um arranjo mais igualitário, comparadas àquelas que são casadas, mas com nível de escolaridade baixo. Os efeitos dessa interação somente são significativos para mulheres com o mais alto nível de escolarização. Tal como o resultado apontado por Cherlin (2018, 2020) para o caso americano, também para o Brasil os dados indicam que mulheres com nível superior de escolaridade têm maior chance de se associarem tanto a uma maior igualdade na provisão da renda quanto aos casamentos formais.

Casais que vivem em arranjos familiares diferentes do tipo casal sem filhos têm menor chance de estarem em um arranjo *casal de dupla renda igualitário*. Ainda no aspecto familiar, ter filhos de 0 a 3 anos ou ter filhos com mais de 3 anos, em vez de não ter filhos, reduz a chance de estarem em um arranjo mais igualitário a fatores de 0,50 e 0,75, respectivamente.

A idade da mulher não gera efeitos significativos ao modelo, mas, quando é comparada à idade do seu parceiro, observa-se que um ano a mais na diferença de idade entre o homem e a mulher reduz a chance de estarem em uma união mais igualitária frente à mais tradicional. Mulheres declaradas brancas, comparadas às não brancas, têm 1,31 vezes mais chance de estarem em um arranjo mais igualitário em vez de um mais tradicional.

Os resultados sobre as diferenças entre o arranjo *casal de dupla renda* e *homem provedor*, em algumas características, se assemelham à análise anterior. A Tabela 2 mostra que o crescimento do nível de escolaridade dos cônjuges/companheiros aumenta a chance de estarem no arranjo *casal de dupla renda* em vez do arranjo *homem provedor*, exceto para homens com ensino superior, que não apresentam efeitos sobre as chances. O tipo de união também não tem efeito significativo capaz de mudar a probabilidade de estar em um arranjo *casal de dupla renda* frente ao arranjo *homem provedor*. O mesmo acontece para a interação entre o tipo de união e a escolaridade da mulher.

Quando os casais vivem em família do tipo estendida comparados àqueles em família do tipo casal sem filhos, a chance de estarem no arranjo *casal de dupla renda* em vez do arranjo mais tradicional se reduz em 0,85. Casais com filhos de 0 a 3 anos comparados a casais que não têm filhos, também, têm suas chances reduzidas. Ter filhos com mais de 3 anos não gera efeitos significativos nas chances.

A idade da mulher passa a ter efeito significativo, mas seu impacto na probabilidade de o casal estar em um arranjo *casal de dupla renda* em relação ao *homem provedor* é muito pequeno. Uma maior diferença de idade entre o homem e a mulher reduz a chance de o casal estar em uma união da classe *casal de dupla renda* frente ao tipo mais tradicional. Além disso, as mulheres brancas, comparadas às não brancas, têm 1,15 vezes mais chance de estarem em um arranjo *casal de dupla renda*.

A última comparação é sobre as chances de estar em um arranjo *mulher provedora* em vez de *homem provedor*. Como exposto anteriormente, o arranjo *mulher provedora* reúne características bem peculiares, o que não foi diferente para os resultados do modelo. A chance de viver em um arranjo *mulher provedora* é menor para mulheres com o ensino fundamental completo em comparação àquelas com menor instrução. Não há diferença nas chances para mulheres que concluíram o ensino médio. No entanto, desviando das expectativas, a chance de viver no arranjo *mulher provedora* em vez de *homem provedor* aumenta se a mulher tiver ensino superior. Em relação à escolaridade dos seus maridos/companheiros, pode-se observar que as chances diminuem drasticamente à medida que aumenta o nível de escolaridade deles.

As mulheres que declararam ser brancas comparadas àquelas não brancas têm menos chance de pertencerem a um arranjo *mulher provedora*. Uma maior diferença de idade para os maridos/companheiros também reduz a chance de estarem nesse tipo de arranjo. Os diferentes tipos de família não geram impacto significativo na chance de viver no arranjo *mulher provedora* em vez de um arranjo *homem provedor*. O mesmo acontece na comparação de não ter filhos com aqueles casais que têm filhos de 0 a 3 anos ou com aqueles que só têm filhos maiores de 3 anos. Na comparação sobre o tipo de união, a chance de viver no arranjo *mulher provedora* se reduz em 0,86 para casais em união formal em relação a casais em união consensual.

Discussão

Com a construção da tipologia de papéis de gênero apresentada, pode-se conhecer e argumentar sobre como anda a revolução de gênero no Brasil, país desigual e estratificado, pertencente ao grupo dos chamados países em desenvolvimento. Em que estágio da mudança (ou revolução) estamos? E como a conjugalidade, os arranjos domésticos e os marcadores socioeconômicos se relacionam no cenário encontrado?

Observa-se que 42,4% dos casais têm, como arranjo doméstico, a forma mais tradicional, sendo os homens responsáveis pelo provimento da família e as mulheres com a responsabilidade de realizarem os afazeres domésticos. Já o arranjo mais igualitário, que poderia caracterizar a segunda parte da revolução de gênero, é uma realidade de somente 12,6% dos casais. Entre os dois grupos verifica-se a presença de diferenças socioeconômicas bastante significativas. Os casais mais tradicionais estão posicionados nos estratos de renda mais baixos. O nível mais alto de escolaridade das mulheres destacou-se como o fator primordial para determinar as chances de estarem no arranjo igualitário: quando possuem nível superior de ensino em vez do nível mais baixo, as chances aumentam 7,8 vezes.

O nível mais elevado de educação é muito associado à maior possibilidade de escolha das mulheres por relações que lhes permitam mais liberdade e satisfação. Na teoria da segunda transição demográfica, atribui-se a esse grupo o pioneirismo na mudança de valores e nas formas alternativas de conjugalidade. Na perspectiva do equilíbrio igualitário de

gênero, esse mesmo grupo de mulheres estaria alcançando mais rapidamente a simetria de gênero no âmbito familiar. O entendimento compartilhado por essas teorias é que a mulher com maior escolaridade possui mais alternativas na escolha do seu parceiro (Cherlin, 2016, 2018), é capaz de negociar o tipo de união, buscando aquele que lhe ofereça maior proteção institucional (Greene; Rao, 1995), e ainda mantém maior poder de barganha na tomada de decisões familiares (Covre-Sussai *et al.*, 2013, 2014). Os resultados mostraram que a ausência do ensino superior determinou fortemente o baixo nível de simetria de gênero entre os casais. A revolução de gênero completa mostra-se alcançável somente para casais altamente escolarizados, pertencentes a classes sociais mais altas.

Tinha-se grande interesse em saber como os dois tipos de união – formal e informal (ou casamento e união consensual) – se associariam às distintas classes de papéis de gênero. Como discutido, mesmo ciente da coexistência histórica e institucionalizada das duas distintas formas de nupcialidade, características modernas, dentre elas a simetria de gênero, poderiam estar associadas à expansão das uniões consensuais observada ao longo do século XX.

A Tabela 2 mostrou que casais em união formal têm suas chances de estarem no tipo de arranjo mais igualitário diminuídas em 0,82. Com este resultado, a forma mais tradicional de arranjo de papéis de gênero estaria associada à forma mais tradicional de união. No entanto, novamente, a educação das mulheres em nível superior parece ter um papel importante. Quando o nível educacional é considerado em conjunto com o tipo de união, observa-se uma reversão no resultado para mulheres com nível superior de ensino. Para estas, há um reforço positivo na chance de estarem em um arranjo igualitário quando estão unidas pelo casamento formal. Evidentemente o nível superior de ensino está associado a maiores chances de as mulheres estarem em uma atividade econômica com maiores níveis de remuneração,⁷ viabilizando a delegação de parte da atividade doméstica a uma trabalhadora de cuidados domiciliares remunerados, potencialmente reduzindo os conflitos intrafamiliares quanto a estas tarefas (Hirata; Kergoat, 2007; Sartor *et al.*, 2018). Infelizmente os dados da PNAD não permitem, até o presente momento, a identificação da contratação de empregadas domésticas no âmbito dos domicílios entrevistados.

A presença de uma possível estratificação, a partir do tipo de união e do tipo de arranjo de simetria de gênero, enquadra-se nas perspectivas já discutidas para o grupo de mulheres com alta escolaridade. Os resultados sugerem que parcerias mais igualitárias podem ser uma realidade mais alcançável por mulheres casadas formalmente e com educação de nível superior. Estaríamos observando casamentos que se distanciam do modelo de casamento tradicional descrito em diversas teorias no âmbito do estudo de famílias. Abre-se a perspectiva de que a instituição casamento pode ser moderna, acomodando novos valores, mesmo que para uma parcela ainda muito pequena da população.

⁷ Para uma revisão da literatura sobre o impacto da renda (sobretudo da mulher) na contratação de serviços domésticos, ver Guerra (2017).

Na literatura que trata da revolução de gênero é mais comum encontrarmos evidências da convergência de gênero no cuidado dos filhos; isto porque, comparativamente às tarefas domésticas, é mais agradável ler, ensinar e brincar com crianças do que passar o tempo em atividades mais onerosas como passar roupas ou limpar a casa (Esping-Andersen, 2016). No entanto, apesar da impossibilidade de serem mensuradas, separadamente, as horas que o casal gasta em tarefas domésticas e de cuidados, os resultados sugerem que a presença de filhos seja um obstáculo para a conquista do arranjo mais igualitário. Para que isso ocorra, é preciso que, em conjunto, os homens (cônjuges ou companheiros) e as instituições sociais se adaptem aos novos papéis das mulheres. Para os homens em particular, dividindo igualmente as tarefas domésticas e de criação de filhos. Para o Estado e as instituições, políticas que facilitem os cuidados com os filhos, como a provisão de creches, escola em tempo integral e licença parental.

Ainda buscando responder em qual ponto da revolução de gênero estamos, a análise dos resultados para o arranjo *casal de dupla renda* também proporciona boas evidências. A começar pela proporção de casais nesse tipo de arranjo: quase 39%. Na sua caracterização geral, são casais que estão em posição socioeconômica privilegiada e que demonstram a melhor caracterização de uma revolução estagnada: as mulheres avançam na esfera pública, são escolarizadas, assumem posições no mercado de trabalho, dividem a responsabilidade de provimento de renda com seu parceiro, mas eles não dividem com elas as responsabilidades domésticas. Mesmo os casais no arranjo *casal de dupla renda* não tendo alcançado a simetria de gênero de seus pares do arranjo *casal de dupla renda igualitário*, observa-se que os estratos mais educados são claramente os precursores no processo de mudança.

A classe *mulher provedora*, com representação em 6,09% dos casais, recebe esse nome por mostrar que cabe às mulheres a maior responsabilidade sobre a renda do casal. Em média, a renda dessas mulheres representa 90% da renda do casal. No entanto, como ressaltado anteriormente, grande parte dos casais que formam este grupo situa-se na calda inferior da distribuição de renda. Além disso, apesar de serem as principais provedoras, as mulheres têm, em média, 21,6 horas semanais de atividade no mercado de trabalho, o que indica se tratar de um grupo em situação precária, sujeito às maiores vulnerabilidades.

Trabalhos como os de Marri e Wajnman (2007) e Amaral (2021) se preocuparam em entender os principais fatores relacionados às famílias em que as mulheres são provedoras principais, investigando, dentre outros aspectos, a possível reversão dos padrões tradicionais de gênero, no que se refere tanto ao trabalho remunerado quanto ao trabalho doméstico. A principal hipótese levantada é sobre o poder de barganha das mulheres: esposas/companheiras que recebem mais que seus parceiros/cônjuges têm maior poder de decisão e reduzem o tempo alocado em afazeres domésticos (Marri; Wajnman, 2007). A consequência seria uma menor desigualdade entre os cônjuges nas horas dedicadas aos afazeres domésticos, quando comparadas às mulheres não provedoras (Amaral, 2021).

Para os casais do grupo *mulher provedora*, em média, 80% do total de horas que o casal gasta em afazeres domésticos correspondia ao trabalho das mulheres. Esse percentual é um pouco menor do que o encontrado para as classes *homem provedor* e *casal de dupla renda*, que é de 90%. Para um grupo em que a grande parcela dos recursos está sob a responsabilidade feminina, a pequena diferença encontrada expressa a limitação de se pensar no modelo de recursos relativos (poder de barganha) para reverter os padrões tradicionais de gênero.

Mulheres na classe *mulher provedora* protagonizam as mudanças ocorridas nas especializações familiares, mas sem experimentar os principais ganhos que a revolução de gênero pode proporcionar. Acumulam penalidades por estarem sobrerrepresentadas nos decis mais pobres de renda e, mesmo sendo provedoras, não estão dispensadas da grande parcela do trabalho doméstico. Exacerbam um estado de vulnerabilidade familiar por não terem as melhores posições no mercado de trabalho, além de não terem a responsabilidade do provento dividida igualmente com seus parceiros.

Considerações finais

As discussões apresentadas neste trabalho mostraram que a diversidade dos tipos conjugais e papéis de gênero se define, também, pelas implicações socioeconômicas. Historicamente, a nupcialidade tem sido associada ao nível de educação e à posição econômica que se tem, com resultados na decisão sobre o tipo de união para início da vida do casal. O casamento ainda pode ser a forma mais desejável para muitos, embora seja uma prerrogativa de poucos. Por sua vez, a igualdade de papéis de gênero na relação, que acompanha a diversidade dos tipos conjugais, também se mostrou limitada a um grupo que desfruta de uma posição socioeconômica privilegiada. Mesmo estando em um tempo em que se discutem individualismo, empoderamento e multiplicidade de papéis, pelo menos na vida conjugal familiar de um grande grupo de mulheres, a revolução está estagnada ou incompleta pela limitação na capacidade de se fazer escolhas.

Referências

AMARAL, C. C. S. **Mulheres como principais provedoras na renda do casal: uma análise do perfil sociodemográfico.** Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG), Belo Horizonte, 2021.

ARRIAGADA, I. Changes and inequality in Latin American families. *Cepal Review*, v. 77, p. 135-153, 2002.

BAKK, Z.; TEKLE, F. B.; VERMUNT, J. K. Estimating the association between latent class membership and external variables using bias-adjusted three-step approaches. *Sociological Methodology*, v. 43, n. 1, p. 272-311, 2013.

BROWNING, M.; CHIAPPORI, P. A.; WEISS, Y. **Economics of the family**. Cambridge University Press, 2014.

CASTRO MARTIN, T. Consensual unions in Latin America: persistence of a dual nuptiality system. **Journal of Comparative Family Studies**, v. 33, n. 1, p. 35-55, 2002.

CHERLIN, A. J. A happy ending to a half-century of family change? **Population and Development Review**, v. 42, n. 1, p. 121-129, 2016.

CHERLIN, A. J. How inequality drives family formation: the prima facie case. *In*: CAHN, N.; CARBONE, J.; DEROSE, L.; WILCOX, B. (Ed.). **Unequal family lives**. Cambridge University Press, 2018.

CHERLIN, A. J. Degrees of change: an assessment of the deinstitutionalization of marriage thesis. **Journal of Marriage and Family**, v. 82, n. 1, p. 62-80, 2020.

COVRE-SUSSAI, M.; MEULEMAN, B.; VAN BAVEL, J.; MATTHIJS, K. Measuring gender equality in family decision making in Latin America: a key towards understanding changing family configurations. **Genus**, v. 69, n. 3, p. 47-73, 2013.

COVRE-SUSSAI, M.; VAN BAVEL, J.; MATTHIJS, K.; SWICEGOOD, G. Disentangling the different types of cohabitation in Latin America: gender symmetry and contextual influences. *In*: VI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE POPULAÇÃO. **Anais [...]**. Lima: Alap, 2014. Disponível em: https://files.alapop.org/congreso6/files/pdf/alap_2014_final59.pdf. Acesso em: 12 jan. 2022.

CUNHA, M. A.; VERONA, A. P. Consensual conjugal unions among higher educated women: understanding the heterogeneity in the Brazilian context. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, e0221, 2022.

CRUZ, P. W. The changing social gradient of marriage and cohabitation in seven Latin American countries. **Social Science Research**, v. 113, 102898, 2023.

ESPING-ANDERSEN, G. **The incomplete revolution: adapting to women's new roles**. Cambridge: Polity Press, 2009.

ESPING-ANDERSEN, G. **Families in the 21st century**. Stockholm: SNS förlag, 2016.

ESTEVE, A.; LESTHAEGHE, R.; LÓPEZ-GAY, A. The Latin American cohabitation boom, 1970-2007. **Population and Development Review**, v. 38, n. 1, p. 55-81, 2012.

ESTEVE, A.; LESTHAEGHE, R.; LÓPEZ-GAY, A.; GÁRCIA-RÓMAN, J. The rise of cohabitation in Latin America and the Caribbean, 1970-2011. *In*: ESTEVE, A.; LESTHAEGHE, R. (Ed.). **Cohabitation and marriage in the Americas: geo-historical legacies and new trends**. Springer Nature, 2016a.

ESTEVE, A.; LESTHAEGHE, R. J.; LÓPEZ-COLÁS, J.; LÓPEZ-GAY, A.; COVRE-SUSSAI, M. Cohabitation in Brazil: historical legacy and recent evolution. *In*: ESTEVE, A.; LESTHAEGHE, R. (Ed.). **Cohabitation and marriage in the Americas: geo-historical legacies and new trends**. Springer Nature, 2016b.

GANDRA, J. M. F. V. **Mudanças nos padrões de formação das famílias domiciliares brasileiras: um estudo das complexidades recentes, dos diferenciais socioeconômicos e de papéis de gênero**. Tese (Doutorado em Demografia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG), Belo Horizonte, 2023.

GANDRA, J. M. F. V.; WAJNMAN, S.; LUZ, L. O arranjo doméstico e familiar de casais brasileiros no contexto das mudanças familiares recentes: diferenciais socioeconômicos e de papéis de gênero. *In*: XXIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais [...]**. Brasília, DF: Abep, 2024.

GOLDSCHIEDER, F.; BERNHARDT, E.; LAPPEGÅRD, T. The gender revolution: a framework for understanding changing family and demographic behavior. **Population and Development Review**, v. 41, n. 2, p. 207-239, 2015.

GOODE, W. J. **World revolution and family patterns**. Mouton: Unesco, 1963.

GUERRA, M. F. L. **Trabalhadoras domésticas no Brasil: coortes, formas de contratação e famílias contratantes**. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG), Belo Horizonte, 2017.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, p. 595-609, 2007.

LAPLANTE, B.; VIEIRA, J. M.; BARNABÉ, G. C. F. R. R. Consensual union and marriage in Brazil, 1970-2010. Gender equality, legal issues and social context. *In*: SCHOEN, R. (Ed.). **Analytical family demography**. Springer Cham, 2019.

LESTHAEGHE, R. The unfolding story of the second demographic transition. **Population and Development Review**, v. 36, n. 2, p. 211-551.

MARRI, I. G.; WAJNMAN, S. Esposas como principais provedoras de renda familiar. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 24, p. 19-35, 2007.

MCDONALD, P. Gender equity, social institutions and the future of fertility. **Journal of Population Research**, v. 17, n. 1, p. 1-16, 2000.

MCDONALD, P. Societal foundations for explaining fertility: gender equity. **Demographic Research**, v. 28, p. 981-994, 2013.

SARTOR, A.; SIRACUSA, M.; NEVES, P. Emprego doméstico: mediações na conciliação entre família e trabalho no Brasil. *In*: ARAÚJO, C. *et al.* (Org.). **Gênero, família e trabalho no Brasil do século XXI: mudanças e permanências**. Rio de Janeiro: Gramma, 2018. p. 199-218.

VIEIRA, J. M.; ALVES, L. C. O comportamento da idade média à união e ao casamento no Brasil em 2000 e 2010. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 10, n. 19, p. 107-125, 2016.

VERMUNT, J. K. Latent class modeling with covariates: two improved three-step approaches. **Political Analysis**, v. 18, n. 4, p. 450-469, 2010.

Sobre as autoras

Juliana Mara F. Viana Gandra é doutora em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora no projeto Pesquisa Aplicada para a Construção de Diagnóstico sobre a Organização Social do Cuidado no Brasil – Fiocruz/Cedeplar.

Simone Wajnman é doutora em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora titular do Departamento de Pós-Graduação em Demografia e pesquisadora do Cedeplar/UFMG.

Luciana Luz é doutora em Sociologia/Demografia pela Arizona State University. Professora adjunta do Departamento de Demografia da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisadora do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar/UFMG).

Endereço para correspondência

Juliana Mara F. Viana Gandra

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627, Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte-MG, Brasil

Simone Wajnman

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627, Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte-MG, Brasil

Luciana Luz

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627, Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte-MG, Brasil

CRediT

Reconhecimentos: Não aplicável.

Financiamento: Este estudo foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes).

Conflitos de interesse: As autoras certificam que não têm interesse pessoal, comercial, acadêmico, político ou financeiro que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.

Aprovação ética: As autoras certificam que o trabalho não inclui seres humanos ou animais.

Disponibilidade de dados e material: Os conteúdos já estão disponíveis (dados públicos).

Contribuições das autoras:

Juliana Mara de Fatima Viana Gandra: conceitualização; curadoria de dados; análise formal; aquisição de financiamento; metodologia; visualização; escrita – rascunho original; escrita – revisão e edição.

Simone Wajnman: conceitualização; visualização; escrita – revisão e edição

Luciana Luz: metodologia; visualização; escrita – revisão e edição.

Editores: Cassio Turra e Igor Cavallini Johansen

Abstract

Types of marital relations, gender roles, and socioeconomic differentials in Brazil

The changes in family patterns since the second half of the 20th century require examining family structure beyond traditional size and composition. Cultural, institutional, and value-based transformations in society, along with their effects on the formation and dissolution of families, indicate that couple formation and domestic arrangements are increasingly diverging from the traditional model of gender specialization (*male breadwinner/female homemaker*). This paper examines the changes occurring in Brazil by exploring the relationships between gender role symmetry, types of marriage, and the organization of domestic responsibilities among spouses and partners. Utilizing data from the 2014 PNAD, Brazilian couples are classified along a spectrum of gender role traditionalism through a methodological approach known as latent profile analysis. The evidence indicates that a significant portion of couples in the country continue to follow a traditional division of responsibilities, with 42.4% adhering to this model. Additionally, nearly 39% of couples display traits of what is known as the "stagnant gender revolution." In these partnerships, women contribute financially alongside their partners, but they do not share domestic duties with them. Only a small proportion of couples with high educational levels and high incomes share domestic responsibilities equally, with only 12.6% achieving this balance. An analysis was conducted to examine the relationship between marital types, family formation, and gender egalitarian behaviors using multinomial logistic regression. The dependent variable represents the couple's stance on the spectrum of gender role traditionalism. The results indicate that more egalitarian partnerships may be more attainable for women who are formally married and have higher education.

Keywords: Gender roles. Socio-economic status. Marital status.

Resumen

Tipos de relaciones matrimoniales, roles de género y diferenciales socioeconómicas en Brasil

El cambio en los patrones familiares observado desde la segunda mitad del siglo XX lleva a la necesidad de examinar la estructura familiar mucho más allá de los contornos típicos de tamaño y composición. Las transformaciones culturales, institucionales y valorativas de la sociedad, con sus efectos en la formación y disolución de las familias, muestran que la formación y la organización doméstica de las parejas se aleja cada vez más del modelo tradicional de especialización de género (*male breadwinner/female homemaker*). Abordando estos cambios para Brasil, este trabajo analiza las interrelaciones entre la simetría de los roles de género, los tipos maritales y la organización doméstica entre cónyuges/parejas. Utilizando datos del PNAD 2014, las parejas brasileñas fueron clasificadas según una escala de tradicionalismo de roles de género, en una aplicación metodológica del análisis de perfiles latentes. La evidencia muestra que la gran mayoría de las parejas aún se organiza en el país según una división tradicional de responsabilidades (42,4 %). Casi el 39 % de las parejas presenta características de la llamada *revolución de género estancada*: las mujeres comparten con su pareja masculina la responsabilidad de proporcionar ingresos, pero no comparten con ellos las responsabilidades

domésticas. Solo una pequeña porción de las parejas, con educación e ingresos altos, parece disfrutar de una división en la que ambos integrantes comparten las responsabilidades domésticas por igual (12,6 %). Se analiza la asociación entre tipos de matrimonio, formación de familia y comportamientos igualitarios de género mediante una regresión logística multinomial, en la que la variable dependiente es la clase que representa la posición de la pareja en la escala de tradicionalismo de roles de género. Los resultados sugieren que asociaciones más igualitarias pueden ser una realidad más alcanzable para las mujeres casadas formalmente con educación superior.

Palabras clave: Rol de géneros. Estatus socioeconómico. Unión matrimonial.

Recebido para publicação em 30/09/2024

Aceito para publicação em 13/11/2024